

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Designação do projeto | Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial - 2ª Fase

CENTRO-08-0550-FEDER-000032

Objetivo principal | Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

Região de Intervenção | Centro

Entidades beneficiárias | CIMT, Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

Data de Inicio | 01-01-2019

Data de Conclusão | 30-06-2023

Custo Total Elegível | 3 154 340,09 €

Apoio Financeiro da União Europeia | 2 681 189,07 €

Apoio Financeiro publico nacional | 473 151,02 €

Objetivos, atividades e resultados esperados/atingidos | A crise pandémica demonstrou a necessidade de adequar os postos de trabalhos a novas exigências. O posto de trabalho deixou de ser efetivo no local físico da organização, passando a ser prestado em qualquer local. A adoção de teletrabalho, de jornada contínua, de rotatividade dos postos de trabalho, foram muitas das formas encontradas pela Administração Pública, para evitar a propagação e mitigação do vírus. No entanto, o teletrabalho levou e leva à transformação do posto de trabalho, sendo que a Administração Pública tem de ser dotada de equipamentos e sistemas compatíveis com o smart working. O facto, das estruturas organizacionais não estarem preparadas, infraestruturadas para esta realidade de trabalho remoto, careceram e carecem de um investimento avultado. Os tempos de resposta por parte dos municípios, através do atendimento presencial, tornaram-se mais morosos, improdutivos, sendo visível que carecem de mudança de gestão para com o cidadão e as empresas, por forma a garantir a satisfação das necessidades coletivas. Esta mudança passa por promover a implementação de novos canais de prestação de serviço público digital, nomeadamente de atendimento e faturação, através da desmaterialização e prestação digital de serviços existentes ou a criar. Complementarmente, é premente a reestruturação da estrutura existente, dotando as entidades das mais recentes tecnologias indo de encontro às necessidades atuais assim como fornecendo assim novas funcionalidades às já existentes. Esta reestruturação tem claramente impacto na informação prestada e disponibilizada ao cidadão e/ou empresa, completando a informação que hoje já está disponível, e permitindo a disponibilização de ainda mais informação, indo totalmente de encontro ao reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede da Administração Pública e melhorar a sua eficiência.